

# GESTÃO EDUCACIONAL EM REDE: AS TIC COMO FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

Ediênio Vieira Farias (IF Baiano)  
[edy.farias@lapa.ifbaiano.edu.br](mailto:edy.farias@lapa.ifbaiano.edu.br)

Junio Batista Custódio (IF Baiano)  
[junio.batista@lapa.ifbaiano.edu.br](mailto:junio.batista@lapa.ifbaiano.edu.br)

## 1. INTRODUÇÃO

É inegável que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) seja um espaço social e político condicionante de reflexão para entender o processo de transformação da educação e suas influências sofridas na contemporaneidade. Essa modalidade de ensino representa justamente o caminho que abre possibilidade para entender a implementação de políticas públicas em educação, seus processos, dificuldades e suas condições possíveis de concretização da aprendizagem em espaços formais de ensino.

Por outro lado, levando em consideração o reflexo da conjuntura histórica, dos resultados e dos desafios no entorno do processo educativo de jovens e adultos no país, percebe-se o quanto esse público tem sido vítima da perspectiva compensatória, reguladora e assistencialista das políticas restritas à modalidade, acompanhada do destrato didático-pedagógico das instituições formais de educação, acabando por não considerar as especificidades da escolarização desses sujeitos.

Nesse quadro, agrega-se também a falta de planejamento corresponsável da definição das políticas públicas da EJA, além da carência do financiamento, da formação e profissionalização continuada dos educadores para atuar na modalidade. Essas situações se agravam quando o regime de colaboração entre as esferas de governo também não respeitam as proposições e deliberações sugeridas no âmbito da sociedade civil organizada e do controle social.

Assim, essa investigação tem-se como objetivo entender os artifícios de gestão democrática e corresponsável da EJA, levando em consideração o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), como instrumento de estímulo à participação, decisão e deliberação coletiva da sociedade civil junto à esfera pública no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia.

Nessas condições, esse estudo parte do seguinte questionamento: Em que medida a participação efetiva dos sujeitos sociais na esfera pública pode viabilizar um espaço de gestão

democrática no processo de escolarização da Educação de Jovens e Adultos no município de Bom Jesus da Lapa – BA?

Na tentativa de aproximar mais das intenções da pesquisa, na busca de uma resposta aproximada ao problema, mapeou as estratégias de gestão do município em questão, buscando identificar os efeitos positivos e negativos, no processo de escolarização dos sujeitos jovens e adultos. Para o levantamento parcial dos aspectos operacionais e de gerenciamento da EJA, foram realizadas pesquisas exploratórias envolvendo direta e indiretamente pessoas ligadas à gestão educacional de Bom Jesus da Lapa – Bahia.

Paralelo a isso, criou-se condições para identificação dos mecanismos de participação e nível de decisão/deliberação coletiva da sociedade civil pela representatividade no Conselho Escolar e Conselho Municipal de Educação. Esse levantamento diagnóstico, tanto em nível de gestão da EJA quanto em nível de participação dos representantes da sociedade civil na esfera pública educacional, contribui com o entendimento das percepções dos diferentes atores em relação à política de gestão participativa, democrática e descentralizadora.

Complementar a fase exploratória, realizou-se a pesquisa bibliográfica, baseada nos estudos das relações sociais entre gestores e atores da sociedade civil pela gestão educacional compartilhada das políticas públicas de EJA. Percebendo essa rede de cooperação (entre gestor institucional e ator social) como o objeto da pesquisa, tencionou para as discussões acerca da relação problemática que ainda há entre Estado e sociedade civil, sob a perspectiva epistemológica da Teoria Crítica da sociedade. Essa teoria do conhecimento tem se delimitado pela tipologia da ação social defendida por Habermas (1984; 2001), construída para distinguir ação estratégica (ação proposital-racional) da ação instrumental (ação orientada ao consenso ou agir comunicativo).

Diante disso, a investigação tem sido construída sob a abordagem qualitativa, complementada pelo procedimento do estudo de caso e tencionada para as futuras coletas de dados, informações e evidências pelos dispositivos: análise documental e entrevista semi-estruturada com atores institucionais e sujeitos sociais inseridos nos conselhos municipais de educação.

Tal contato com essa rede complexa de sujeitos apontará caminhos para a minimização de problemas técnicos e operacionais de gestão de EJA, condicionando a construção da matriz de uma plataforma virtual transdisciplinar integrada de gestão educacional. Para o desenvolvimento dessa plataforma, faz-se necessário uma abordagem complexa acerca da “Sociedade em rede” defendida por Castells (2012), bem como um

diálogo com os saberes em rede e suas consequências positivas pelas discussões atuais em Lima Jr.(2005).

Toda essa abordagem em comunhão com a ideia da criação, compartilhamento e apropriação coletiva de conhecimento, através dos aspectos da tecnologia educacional, contribuirá para retroalimentar o desenvolvimento da gestão democrática e participativa na EJA, capaz de apontar melhorias para a modalidade, alinhada aos paradigmas da educação continuada ao longo da vida.

## **2. PERSPECTIVA DA GESTÃO EDUCACIONAL EM REDE E IMPLICAÇÕES QUANTO À CONSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE EJA**

Tratar da gestão educacional, no contexto das políticas em educação dentro de um modelo neoliberal, não é uma tarefa fácil. Analisar os caminhos e descaminhos que essa gestão toma no âmbito da EJA configura-se num trabalho dobrado.

Assim, o ponto de partida que norteia esse processo investigativo é o estabelecimento de leituras interpretativas em torno do problema da pesquisa, buscando bibliografias que permitam o entendimento dos processos de gestão educacional compartilhada e corresponsável, capaz de levar em consideração a intervenção dos sujeitos sociais na esfera pública. Ao delimitar o estudo por esse viés exploratório bibliográfico, deu condições de compreender e descrever melhor acerca da situação atual das políticas em EJA.

Desse modo, a retomada às bases legais vigentes<sup>1</sup> evidencia, inicialmente, alguns pontos importantes para legitimar o debate entorno da modalidade. Embora o Brasil congrege um conjunto de leis que garanta o direito à educação para todas as pessoas, na prática social alguns procedimentos políticos específicos impedem a oferta com qualidade dessa educação

---

<sup>1</sup> A Constituição Federal, política pública instituinte promulgada em 1988, demarca o dever do Estado com a educação de jovens e adultos. Pelo artigo nº 208, inciso I da Magna Carta, determina a garantia de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Dessa maneira, a legislação em vigor, responsabiliza a União e os entes federativos (estados e municípios) desenvolverem políticas públicas para a modalidade. Além desse documento legal, define-se ações relacionadas ao ingresso ou retorno de pessoas ao processo de escolarização, decretando a LDB nº 9.394/1996 como política pública regulatória da educação. Determinam, em seu artigo 3º, princípios que servem de base ao ensino como: “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] garantia do padrão de qualidade; [...] valorização da experiência extra-escolar; [...] vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.” Em outra referência, desta mesma lei, destaca-se em seu artigo 4º a oferta de “ensino noturno regular, adequado às condições do educando”, além de oferecer “educação escolar regular para jovens e adultos com característica e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”. Em parecer mais específico (nº 11/2000), emitido pelo Conselho Nacional de Educação, que dispõe das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, reconhece essa modalidade de ensino como “uma categoria organizacional constante na estrutura da educação nacional com finalidades e funções”, além de expressar uma função reparadora pela ideia de “restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade”.

que busca atender as precisões básicas de aprendizagem dos jovens e adultos excluídos do processo de escolarização. Ao pensar nessas questões, criam-se movimentos e elevam-se bandeiras para estimular e fortalecer o debate acerca da EJA, sendo capaz de dar maior visibilidade à condição social, política e cultural desses sujeitos dentro do contexto histórico.

Devido a isso, essa pesquisa se restringe ao estudo da gestão educacional, no âmbito da esfera pública municipal, estabelecendo uma intensa ligação com o contexto histórico, filosófico e social da educação brasileira, considerando, em especial, a trajetória gestonária das políticas públicas desenvolvidas no campo da EJA.

Desse modo, esta investigação tem por base: a gestão democrática na educação, as condições para o acesso e permanência na escola e a garantia do padrão de qualidade. Pontos estes que permeiam a base do processo educativo com jovens e adultos. Tais tematizações entrelaçam com a explicitação da relação problemática entre Estado e Sociedade (ROCHA, 2009; BIANCHETTI, 2001), capaz de mostrar a nova configuração assumida pelo Estado frente às decisões e deliberações do sistema e da estrutura política educacional brasileira (SAVIANI, 1996; 1997).

Partindo dessa análise, o Estado pode se associar ao conceito de política, inserido dentro de um sistema social global, focando as categorias poder, dominação e ação social. (WEBER, 1967; 2001). Paralelo a esta base epistemológica, as pretensões críticas podem intertextualizar com elementos da gestão educacional partilhada e participativa dentro do aparelho do Estado (AMORIM, 2012. LUCK, 2008; SAVIANI, 1996; 1997), focando as condições históricas e tendências atuais em relação ao acesso, permanência e sucesso no percurso educativo da EJA no país (HADDAD; DI PIERRO, 2000. SOARES, 2002. VIEIRA, 2004. BARROS, 2011. OLIVEIRA, 2012).

Por outro lado, para defender os direitos da EJA, é preciso fortalecer e ressignificar o papel do Estado e dos gestores institucionais frente às demandas da modalidade através da articulação e participação de pessoas e grupos organizados junto ao planejar e executar da esfera pública (ROCHA, 2009). O processo de mediação entre a sociedade civil organizada e organismo do governo apontará caminhos para o desenvolvimento de comunidades locais e globais. A construção desse nível de mediação desencadeará em uma nova esfera pública de poder e de controle social. (GONH, 2003).

De fato, quando o ator social contemporâneo toma consciência de que não se passa apenas de um mero espectador da história, mas agente dela, percebe que não deve “suportar passivamente os acontecimentos” (ROCHA, 2009, p. 81). Essa ideia vai ao encontro de Bobbio (1987) quando ele defende que essa configuração da participação dos sujeitos sociais

no controle do Estado retroalimenta o processo de democratização, saindo da condição de democracia representativa e passando à democracia participativa, “resumido na seguinte fórmula: da democratização do Estado à democratização da sociedade” (BOBBIO, 1987, p. 54-55).

Essa anexação das manifestações do sujeito social à esfera pública educacional local contribuirá na definição de ações e de orientações políticas dentro dos órgãos de poder ou da administração pública. Nesse aspecto, Teixeira (1996) propõe estudar a crise do sistema representativo seguindo duas categorizações relevantes aos mecanismos de intermediação: “a participação orientada à decisão e a participação orientada à expressão”. Para Avritzer e Carlos (2004) essa participação está “associada a mecanismos de deliberação pública no interior dos conselhos de políticas e nos orçamentos participativos” (p. 14) no âmbito municipal. Isso está atrelado à intervenção de maneira organizada dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) e órgãos colegiados diversos junto ao processo decisório e articulador de políticas de ações educacionais variadas, movidas pela esfera pública local, chamados por Bobbio (1982), em outros enfoques, de “corpos intermediários” da sociedade.

Subsidiando a importância desses mecanismos de participação dentro do sistema educacional, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em 2010, aprovou a ampliação da intervenção social na definição e monitoramento das políticas públicas em educação.

Para efetivação dessa concepção ampla, faz-se necessário garantir espaços articulados de decisão e deliberação coletivas para a educação nacional: Fórum Nacional de Educação, fóruns estaduais, municipais e Distrital de Educação, Conferência Nacional de Educação, Conselho Nacional de Educação (CNE), conselhos estaduais (CEE) e municipais (CME); órgãos colegiados das instituições de educação superior e conselhos escolares. Situam-se como espaços de definição de políticas de Estado, o Plano Nacional de Educação, os planos municipais e estaduais de educação e, no âmbito das instituições educativas, a construção coletiva de planos de desenvolvimento institucionais e projeto político-pedagógicos. (CONAE/MEC, 2010, p. 45)

Essa garantia dos espaços autônomos de discussão e deliberação, acompanhada da participação efetiva dos sujeitos sociais, viabiliza uma EJA como instrumento de emancipação social. Isso significa constituir uma gestão educacional vinculada a um novo projeto de sociedade, a uma nova ressignificação do poder no atendimento às demandas da modalidade.

Assim sendo, a gestão educacional em EJA deve ser redimensionada para além das especificidades administrativas. Deve-se ampliar para o âmbito da participação e do controle

social. Um modelo de educação em EJA centrado nas condições reais da sociedade globalizada, com uma economia não seguindo as intenções de mercado, mas uma economia focada na construção dialética da sociedade do conhecimento.

Essas questões implicam nos estudos da Teoria Crítica da Sociedade, dos quais desencadearam em apontamento, tendências e concepções acerca da prática interativa, participativa e democrática dentro do contexto educacional. Essa teoria “é uma forma de instigar a mudança social, fornecendo um conhecimento das forças da desigualdade social que pode, por sua vez, orientar a ação política que visa a emancipação [...]” (RUSH, 2008, p. 34).

Assim, o desenvolvimento dessa proposta de pesquisa, foca-se no estatuto da integração social entre gestores e atores da sociedade civil pela gestão educacional em rede das políticas públicas de EJA, sob a perspectiva epistemológica da tipologia da ação social defendida por Habermas (1984; 2001), construída para distinguir ação estratégica (ação proposital-razional) da ação instrumental (ação orientada ao consenso ou agir comunicativo). Tal diferenciação ou compreensão das duas ações contribui para compreender a organização e a estrutura racionais do papel neoliberal do Estado e as condições práticas de intervenção dos atores sociais na esfera pública. Desse modo, entende-se que o “agir comunicativo” não se fundamenta ou nem se realiza pela tentativa de influenciar os outros acerca de algo no interior da sociedade (no mundo da vida), mas pelo contrário, busca alcançar acordos ou entendimento mútuo (garantia do exercício do diálogo, do consenso) para criar propósitos que se convertam em interesses coletivos para esse próprio mundo da vida.

Essa investigação pensa o novo projeto de educação, trazendo como elemento fundante as percepções dos sujeitos em relação ao exercício da cidadania pela sua ação comunicativa, representada nos “corpos intermediários” (BOBBIO, 1982) como os Conselhos Escolares (CEs) e Conselho Municipal de Educação (CME). Agir comunicativo este intencionado pelos mecanismos de controle social das políticas públicas em educação (ROCHA, 2009; TEIXEIRA, 1996; 2002), em especial de EJA (HADDAD, 2009).

### **3. A GESTÃO EDUCACIONAL EM REDE PENSADA A PARTIR DAS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O CAMPO DA PESQUISA**

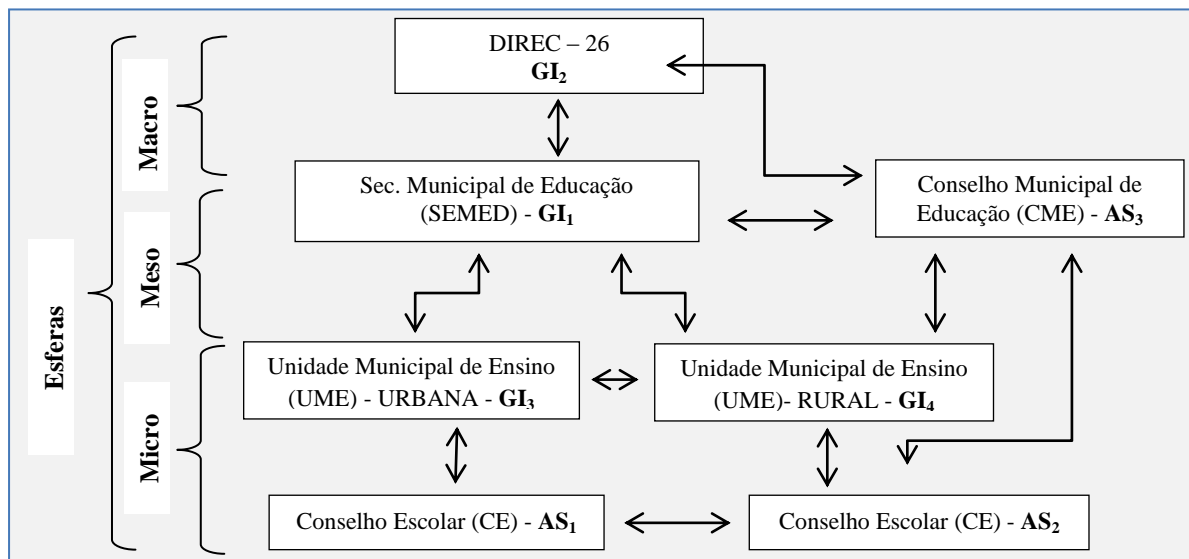
Como o foco da pesquisa é investigar as inter-relações que envolvem a intervenção da sociedade civil junto à gestão educacional do sistema de ensino, em especial o monitoramento das políticas públicas de EJA, do município de Bom Jesus da Lapa – Bahia, fez-se necessário compreender este processo procurando analisar com rigor a visão do problema de pesquisa.

Assim, a abordagem qualitativa se caracteriza como o eixo que norteia todo o processo dessa investigação. Pois tal abordagem se condiciona a dar ênfase à teoria fundamentada, aos processos de descrição, indução e de estudo das percepções pessoais (BOGDAN; BIKLEN, 1994), além de criar possibilidades para a busca e construção de métodos alternativos, capazes de superar os modelos experimentais e empiristas, dando melhores condições de explicar e compreender densamente os fenômenos educativos vigentes (GATTI, 2012).

Desse modo, a pesquisa vem sendo concretizada pelo viés bibliográfico e exploratório, atrelada à estratégia ‘estudo de caso’ (STAKE, 1995; ANDRÉ, 2008). Esse procedimento investigativo se inter-relaciona com os dispositivos de coletas de dados ou informações: entrevista semi-estruturada e análise documental (ANDRÉ, 2008). Nesse trabalho de campo, o estudo de caso se versa numa perspectiva instrumental (STAKE, 1995), para de fato poder perceber os mecanismos de intermediação da sociedade civil nas decisões e deliberações das políticas públicas de EJA na Bahia.

Nesse aspecto, o processo de planejamento do estudo de caso tem seguido as peculiaridades do recorte do campo e dos sujeitos inseridos no município de Bom Jesus da Lapa – BA, conforme mostra figura 1 abaixo.

**Figura 1 -** Recorte do campo e dos sujeitos da pesquisa



**Fonte:** Próprio autor

Os gestores educacionais (**GI<sub>1</sub>**, **GI<sub>2</sub>**, **GI<sub>3</sub>** e **GI<sub>4</sub>**) e atores sociais (**AS<sub>1</sub>**, **AS<sub>2</sub>** e **AS<sub>3</sub>**) representados estão classificados em três categorias de poder: *Macro* (gestor educacional inserido na 26ª Diretoria Regional de Educação (DIREC 26) e representante da sociedade civil envolvido no Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos – EJA da Bahia), *Meso* (Dirigente Municipal de Educação e membros representantes do Conselho Municipal de

Educação - CME) e, por fim, *Micro* (dirigentes escolares lotados em unidade municipal e membros dos conselhos escolares – órgãos colegiados – situados tanto em zona rural como urbana do município em questão).

Antes mesmo da realização direta das entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos indicados acima, esta pesquisa se encontra na fase de ruptura, buscando “romper com os preconceitos e falsas evidências” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005) acerca de alguns pressupostos teóricos ou do campo empírico escolhido. A investigação se encontra ainda na fase de seleção de bibliografia e leitura crítica/reflexiva referente ao objeto pesquisado. Paralelo vem se realizando as entrevistas exploratórias com pessoas ligadas direta ou indiretamente ao contexto da gestão educacional de Bom Jesus da Lapa – BA.

Depois dessa etapa de rompimento das aparências imediatas, planeja-se para a aplicação das técnicas de observação e entrevistas semi-estruturadas com: o secretário municipal de educação, diretor da 26ª Diretoria Regional de Educação (DIREC-26), 2 (dois) gestores escolares em EJA (um na zona urbana e outro na zona rural), 6 (seis) membros atuantes no Conselho Municipal de Educação (CME) e 8 (oito) representantes de Conselho Escolar (sendo quatro na escola urbana e quatro na escola rural).

Nessas condições, nos procedimentos das entrevistas exploratórias aplicadas com o secretário municipal de educação, a coordenadora geral de ensino da EJA, 2 (dois) membros representantes do CME e com 1 (um) profissional administrativo da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Bom Jesus da Lapa – BA, foi possível perceber que a educação de jovens e adultos, naquele município, vem enfrentando um série de obstáculos (tanto em termos administrativos, pedagógicos, quanto financeiros), os quais tencionam essa discussão para ampliação das possibilidades de construção de competências coletivas no âmbito da gestão em EJA, na condição de mudar o quadro atual das políticas e ações públicas da modalidade no município.

Nessa fase da pesquisa, dentre as conversas formais e informais com as pessoas colaboradoras, é interessante destacar o quão acreditam nos princípios básicos da EJA e o quanto essa modalidade de ensino torna-se parte integrante fundamental de suas vidas. Contudo, deixam evidente a necessidade de aperfeiçoar o projeto educacional desses jovens e adultos do município e desenvolver concretas ações que atendam as demandas da sociedade lapense.

Por um lado, nessa fase exploratória, os colaboradores ligados a gestão da SEMED chamaram a atenção para a falta de parcerias no desenvolvimento de ações formativas dos profissionais da EJA e a carência de infraestrutura e sistema de transporte escolar adequados



ao bom funcionamento da modalidade, bem como a insuficiência de recursos didático-pedagógicos para a melhoria da organização do trabalho docente.

Por outro lado, os representantes da sociedade civil inseridos no CME apontam que o percurso educativo da EJA precisa se constituir em ações coletivas mais comprometidas, compartilhadas e mais qualificáveis. Acreditam na formação de bases sólidas de aprendizagem, fundamentadas no estatuto da integração e da partilha de aspirações, planos e ações entre as pessoas envolvidas no processo educacional.

Dessa maneira, é relevante apreender o quanto é urgente estimular a criação de bases ou diretrizes palpáveis para desencadear numa maior articulação entre a sociedade civil organizada e a esfera pública local. É preciso alicerçar um maior espaço coletivo e compartilhado de planejamento, acompanhamento e desenvolvimento corresponsáveis nas ações de EJA do município.

Assim, preliminarmente, essa investigação já estimula à constituição de uma rede social, orientada para a articulação de habilidades e competências dos gestores institucionais/atores sociais, pela busca de mecanismo de sistematização, implementação e avaliação coletiva de ações a fim de construir, executar e monitorar as políticas de EJA na esfera municipal.

Diante do exposto, já se pode estabelecer algumas referências para uma gestão educacional em rede. Essas referências parciais podem se pautar em quatro pilares (ou sub-redes) que por si só se inter-relacionam e se estabelecem: 1) a articulação entre gestor institucional e ator social; 2) Sistematização e registro das percepções dos diversos atores; 3) Construção coletiva de organismos compartilhados de gestão; 4) implementação de ações e deliberações coletivas.

No que concerne a “articulação entre gestor institucional e ator social” perpassa pela ideia de a primeira sub-rede, a qual seria capaz de apontar para o envolvimento dos “corpos intermediários” (BOBBIO, 1982) com a gestão educacional em suas três esferas: macro, meso e micro organizacional. Essa fase demonstra o campo dos conflitos, das provocações e das contradições acerca das políticas de educação para jovens e adultos. É nesse canal de democratização que se potencializa a intervenção dos sujeitos sociais na esfera pública em âmbito local.

Na segunda sub-rede, referente à “sistematização e registro das percepções dos diversos atores”, é assinalada como o momento de encontro das diferentes ideias e opiniões em torno das políticas de EJA, possibilitando a construção de consenso entre os envolvidos, enfatizando a situação ideal do discurso, da intersubjetividade e a contra-argumentação. Essa

relação intersubjetiva entre os sujeitos envolve três elementos fundantes na razão comunicativa: a personalidade, a sociedade e a cultura. (HABERMAS, 1984; 2001). É nessa sub-rede que acontece a aceitação da diversidade de ideias/opiniões e respeito à pluralidade de concepções de educação e sociedade. Um pluralismo que contribui com o estabelecimento da democracia e com a distribuição de poder entre os vários grupos sociais. (BOCAYUVA e VEIGA, 1992). Essa fase também inclui o que se compreende por “participação orientada à expressão” (TEIXEIRA, 1996), momento simbólico que fortalece o cenário da política educacional.

A terceira sub-rede, “construção coletiva de organismos partilhados de gestão”, se configura na etapa de formalização dos canais de participação, respeitando as funções (deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora) dos conselhos e/ou órgãos colegiados. Nessa etapa, ocorre o que Teixeira (1996) chama de “participação orientada à decisão”, caracterizando-se no planejamento das condições de intervenção no processo decisório (ROCHA, 2009), nesse caso, da política de EJA. Preocupa-se com o projeto de operacionalização horizontal das ações e sub-ações no cerco da modalidade. Nessa fase se compreende que a construção processual e contextual de políticas públicas, dentro de uma gestão educacional em rede, está sujeita à crítica e as novas explicações (HABERMAS, 1984; 2001). Isso quer dizer que no momento do planejamento e construção de projetos coletivos, surgem novas opiniões, novas ideias que são potencializadoras do aperfeiçoamento do diálogo na rede social.

O quarto e último pilar está designado como “implementação de ações e deliberações coletivas”. Esse pode se tornar o momento da execução das políticas públicas construídas coletivamente no âmbito da EJA. Essa fase conta com os aspectos da descentralização de poder dos gestores institucionais, capaz de implementar de maneira partilhada os projeto instituintes e aplicar de forma corresponsável os recursos e processos de acordo as demandas e peculiaridades da EJA.

[...] a sociedade civil tem condições de se apropriar de forma crescente da “máquina” do Estado, no sentido de garantir seu desempenho a serviço realmente dos interesses públicos, ou seja, de toda a sociedade. Da mesma forma a instância governamental poderá subsidiar e respaldar técnicas e administrativamente a ação do conselho, de forma a viabilizar suas deliberações. (ROCHA, 2009, p. 89-90)

Como nessa perspectiva a educação busca horizontalizar as condições de poder e as funções desempenhadas (sem excluir o papel do Estado e dos órgãos), distribui ações solidárias específicas junto aos sujeitos sociais, a fim de contribuir para o alcance de metas definidas pelo viés coletivo.

Assim, para que os pilares de “referência para uma gestão educacional em rede” se concretizem é preciso fazer uso do processo de desenvolvimento técnico e tecnológico de inovação. A composição daquelas sub-redes condiciona à montagem de uma plataforma virtual integrada transdisciplinar, construída sobre uma abordagem complexa da dinâmica social para uma gestão educacional compartilhada. Essa complexidade agrega contribuições, de forma contextualizada, para a compreensão do papel dos sujeitos (gestores institucionais) frente aos processos educacionais que estão na capa da gerência do conhecimento em organizações/instituições. Essa condição aplicável envereda para o diálogo com os saberes em rede e suas conseqüentes discussões macros e complexas pelo entendimento da teia das relações sociais, estudada por Castells (2012).

Complementar a esse debate justificável da aplicação das TIC no meio das organizações educacionais, Lima Jr. (2005, p. 18) defende que

O dinamismo das TIC constitui-se a partir de princípios científicos, formas de socialização, modos de produção simbólica, historicamente condicionados, de modo que, representam os limites, o modelo, no qual os seres humanos atuam, reagem, vivem, porque os internalizaram através de vários mecanismos.

Por essa questão, também, se percebe o quanto o desenvolvimento técnico e tecnológico fundamentam a construção de bens materiais (recursos midiáticos e dentre outros instrumentos gerados pela sociedade informacional) para facilitar o processo de operacionalização e de gestão educacional, principalmente, quando se refere às condições de acompanhamento e monitoramento das políticas públicas em educação.

Então, a gestão educacional em rede (motivada pela política participativa, democrática e descentralizadora) se apoiará nos princípios da criação, compartilhamento e apropriação coletiva de conhecimento e de informação. Princípios estes que estão representados nas TIC. Dado isto, a proposição de uma plataforma virtual transdisciplinar de gestão e de empoderamento deve contribuir para retroalimentar a ideia de estrutura e sistema educacional, em vigência, capaz de alinhar as especificidades da Educação de Jovens e Adultos ao paradigma da aprendizagem continuada ao longo da vida.

#### **4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Desse modo, o descompasso entre Estado e sociedade civil, esfera pública e comunidade local, gestores educacionais e membros representantes da sociedade organizada,

demarca a irresponsabilidade coletiva dos projetos educacionais. Esse descomprometimento partilhado, principalmente, coloca em xeque as políticas educacionais vinculadas a EJA.

Assim, percebeu-se que pela familiaridade com o problema, pelo desenvolvimento da pesquisa exploratória em campo e leituras críticas/reflexivas na revisão de literatura, ainda é preciso caminhar muito para melhorar as condições de generalização e formalização da relação entre os sujeitos e objeto dessa investigação. O reconhecimento dessa aproximação ocorrerá quando de fato acontecer, por parte dos pesquisadores e sujeitos envolvidos, a percepção da complexidade organizacional da gestão em rede e suas contribuições na construção de uma prática social inovadora, intervencionista e corresponsável para melhoria do processo educativo da EJA.

A pesquisa da qual resultou esse escrito acadêmico mostrou que essa gestão educacional em rede, motivada pela política participativa, democrática e descentralizadora, será possível quando se apoiar nos princípios da criação, compartilhamento e apropriação coletiva de conhecimento e de informação dos envolvidos no processo e no respeito às demandas sociais. Dado isto, a proposição de uma plataforma virtual transdisciplinar de gestão e de empoderamento, pelos princípios da tecnologia educacional, deverá contribuir para retroalimentar a ideia de estrutura e de sistema educacional, em vigência, capaz de construir e estabelecer parâmetros críticos/tecnológicos de gerenciamento e acompanhamento do processo de escolarização da EJA em Bom Jesus da Lapa.

## **REFERÊNCIAS**

AMORIM, A. **Políticas públicas em educação, tecnologia e gestão do trabalho docente**. Salvador: EDUNEB, 2012.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

AVRITZER, L. ; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.47, p. 703-728, 2004.

BARROS, R. **Genealogia dos conceitos em educação de adultos: da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida - um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional**. São Paulo: Chiado, 2011.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOCAYUVA, P. C. C.; VEIGA, S. M. **Novo vocabulário político.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

BOGDAN, R. C. BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em Educação:** uma introdução a teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora - LDA, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Org. Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** Lei nº 9.394/96. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html). Acesso em: 13 out 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010. **Construindo o sistema nacional articulado de educação:** o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. Documento final. Brasília: MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. **PL 8035.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 – 2020 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em: 27 out 2013.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB n. 11/2000, de 10 de maio de 2000. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, Poder executivo, Brasília/DF: 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GONH, M. da. G. **Conselho gestores e participação sociopolítica.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa:** complementos y estudios previos, Madrid: Cátedra, 2001.

HADDAD, S. A.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação,** n 14, ANPED: São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA. **VI Revista Brasileira de Educação,** v. 14, n. 41, maio/ago. 2009.

KOPNIN, O. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA JÚNIOR, A. S. de. **Tecnologias inteligentes e educação: currículo hipertextual**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, M. O. de M. Tornar visível o cotidiano da escola: experiências na EJA. **Revista da FAEEBA – Educação e contemporaneidade**, Salvador, BA, v. 21. n. 37. p. 163-172. jan/jun. 2012.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Portugal: Gradiva, 2005.

ROCHA, J. C. **Teoria do Estado democrático: os novos mecanismos de participação popular em debate**. Salvador: EDUNEB, 2009.

RUSH, F (Org.). **Teoria Crítica**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Autores associados, 1997.

\_\_\_\_\_. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Autores associados, 1996.

SOARES, L. J. G. **Diretrizes curriculares nacionais: educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 45-71.

STAKE, E. E. **The art of case study research**. SAGE Publications, 1995.

TEIXEIRA, E. C. Movimentos sociais e conselho. In: A participação popular nos conselhos de gestão. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 15, jul. 1996.

\_\_\_\_\_. **Entendendo o papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade**. Salvador, BA: ATTR-BA, 2002.

VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos. Vol. 1: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil**. Unb: Brasília, 2004.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

\_\_\_\_\_. **A ciência como vocação**. In: CLARET, M. (org.). **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Martin Claret Ltda, 2001.